

Cabral recebe pareceres incompletos

BRASÍLIA
AGÊNCIA ESTADO

A Comissão de Sistematização da Assembleia Nacional Constituinte distribuirá hoje e amanhã os avulsos dos anteprojetos das comissões temáticas, com um problema a mais para o relator Bernardo Cabral: a Comissão da Família, Educação, Ciência e Tecnologia e Comunicação não conseguiu aprovar o seu anteprojeto, enquanto a Comissão da Ordem Econômica se limitou à aprovação de emendas, que agora precisam ser ordenadas.

O relator da Sistematização, em consequência, terá cinco dias para preparar o anteprojeto da Comissão da Família e, dependendo do seu conteúdo, vai enfrentar os mesmos entraves que impediram, no domingo, a aprovação desse documento, no

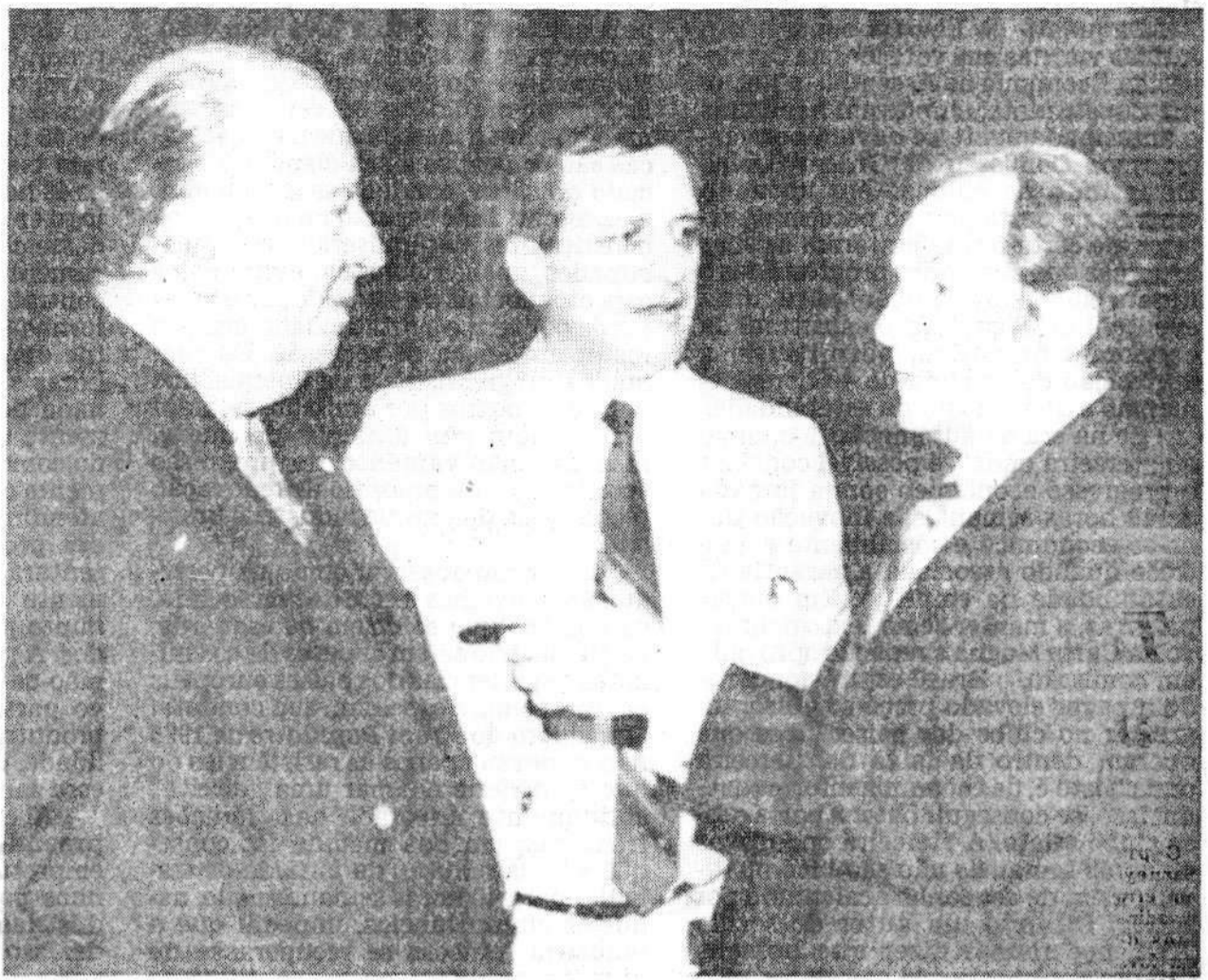
plenário da Câmara dos Deputados e distante do público.

O radicalismo a que chegaram os membros daquela comissão não permitiu nem mesmo a criação de clima para negociações partidárias, já que, àquela altura, seguir os preceitos do regimento interno se tornara inútil. E o entendimento, não obstante a criação de dois grupos representativos, com três parlamentares cada, não foi alcançado.

Agora, mesmo que o relator Bernardo Cabral lance mão de sua habilidade política, a tarefa não se torna menos problemática. Ele vai ter que compatibilizar, mais do que dispositivos dispersos, resultantes dos trabalhos preliminares das subcomissões, interesses de áreas que se digladiam na tentativa de impor sua vontade. Pode-se assim, prever dificuldades muito parecidas com as que o senador Marcondes Gadelha enfrentou no sábado e no domingo.

PROJETO

Ao lado dessa tarefa extra, Bernardo Cabral precisa correr contra o tempo para, em 10 dias, oferecer à Sistematização o seu parecer com o anteprojeto resultante da compatibilização dos dispositivos propostos pelas comissões temáticas. Apenas esta já seria uma tarefa complexa, a começar pela exiguidade de tempo. Esse trabalho terá que ser apresentado até o dia 26, com a apresentação de emendas e discussão durante cinco dias, isto é, até o dia 2, quando começa a correr o prazo, também de cinco dias, para que Cabral ofereça seu relatório, já com o projeto da Constituição. Isto ocorrerá no dia 7 e, já nos dias 9 e 10, serão distribuídos avulsos para que os membros da comissão possam apresentar emendas. A redação final ficará pronta no dia 11, para discussão e votação. E, ao cabo dos 30 dias de prazo do relator, em 15 de julho, estará redigido o projeto de Constituição a ser encaminhado ao plenário da Assembleia Nacional Constituinte.



Com ajuda de Adolfo e Bevilacqua, Cabral (E) começa a fazer anteprojeto da Constituição

Na Sistematização, todas as correntes

A maior Comissão da Assembleia Nacional Constituinte e a mais importante, porque vai elaborar o primeiro e o segundo projeto de Constituição, é a de Sistematização e tem 93 membros — "bem maior do que qualquer Assembleia Legislativa", costuma comparar o relator, deputado Bernardo Cabral (PMDB-AM). Desses 93 membros, 40 têm sua posição garantida, porque foram presidentes e relatores das oito comissões constitucionais temáticas e relatores das subcomissões.

Os 53 outros membros, considerados privilegiados, lutaram muito para conseguir esse "lugar ao sol" dentro da Constituinte (o trabalho do líder do PMDB na Constituinte, senador Mário Covas, não foi nada fácil, no sentido de garantir lugares e dividir tão poucas vagas entre os 559 constituintes em atividades). A Comissão de Sistematização é mais do que um espelho ideológico da Constituinte. Nela estão representadas todas as tendências políticas dentro da Assembleia e nela terá participação especial os líderes partidários.

É presidida pelo senador liberal Afonso Arino (PFL-RJ), que dirigiu a Comissão de Estudos Constitucionais que levou seu nome. São vice-presidentes os deputados Ulysses Campos (PMDB-PB), ex-presidente da Comissão de Constituição e Justiça da Câmara, e Brandão Monteiro (PDT-RJ), ex-secretário de Transportes no governo Brizola e de esquerda. O relator Bernardo Cabral (PMDB-AM) define-se como de centro-esquerda, com tendências liberais.

O PMDB tem 49 membros: deputada Abigail Feitosa (BA), ex-deputada estadual, agora em primeiro mandato e de posições esquerdistas, deputado Ademir Andrade (PA) xita, substitui o ex-deputado Sebastião Curjó na liderança dos garimpeiros de Serra Pelada; senador Alfredo Campos (MG), liberal, ex-líder do PMDB no Senado; senador Almir Gabriel (BA), foi relator da Comissão de Ordem Social, xita, ex-prefeito de Belém; deputado Artur da Távola (RJ), de esquerda, relator da Comissão da Família, Educação, Cultura e Esportes, da Ciência e Tecnologia e de Comunicação; Carlos Mosconi (MG), liberal, ex-secretário de Saúde de Brasília; Carlos Sant'Anna (BA), líder do governo na Câmara, liberal e um dos responsáveis pelas derrotas da esquerda; deputado Celso Dourado (BA), agricultor e professor; deputado Cid Carvalho (MA), amigo pessoal de Ulysses Guimarães, liberal; deputada Cristina Tavares (PE), xita, teve seu parecer sobre ciência e tecnologia derrotado na Subcomissão em que foi relator; deputado Egdio Ferreira Lima (PE), relator da Comissão de Organização dos Poderes e Sistema de Governo, concedeu cinco anos para Sarney, mas impôs no seu parecer o parlamentarismo quase puro; deputado Fernando Bezerra Coelho (PE), da família Coelho de Petrolina, rompeu com a família e identificou-se com a esquerda; deputado Fernando Gasparian (SP), ex-proprietário do semanário alternativo Opinião, relator derrotado da Subcomissão do Sistema Financeiro; senador Fernando Henrique Cardoso (SP), líder do PMDB no Senado, centro-esquerda, perdeu o cargo de relator da Sistematização depois de ter elaborado três regimentos internos da Assembleia; deputado Fernando Lyra (PE), xita, ligado a Tancredo Neves e adversário de Ulysses Guimarães, por quem foi derrotado em fevereiro para a presidência da Câmara; deputado Francisco Pinto (BA), da Executiva Nacional do PMDB de esquerda, ultimamente atuando mais como articulador; deputado Haroldo Sabóia (MA), xita, jornalista; deputado Ibsen Pinheiro (RS), primeiro vice-líder na Câmara, de esquerda; senador João Calmon (ES), de posições liberais, especialista em educação; deputado João Hermann Neto (SP), xita, foi derrotado por Luís Henrique para a liderança na Câmara; senador José Fogaça (RS), de esquerda, teve seu parecer de quatro anos para Sarney derrotado na Subcomissão do Poder Executivo; deputado José Freire (GO), liberal; deputado José Geraldo (MG), primeira legislatura, liberal; senador José Inácio Ferreira (ES), centro-esquerda, 1º vice-presidente do Senado, relator-auxiliar da Sistematização; senador José Paulo Bisol (RS), relator da Comissão de Ordem Social, apresentou e conseguiu aprovar um parecer inovador; senador José Richa (PR), relator da Comissão da Organização do Estado, ligado a Mário Covas, de centro-esquerda; deputado José Serra (SP), economista, relator da Subcomissão do Sistema Tributário; deputado José Ulysses de Oliveira (MG), liberal, do ramo imobiliário; deputado Manoel Moreira (SP), militar e evangélico; deputado Mário Lima (BA), esquerda, ex-dirigente sindical petroleiro; deputado Milton Reis (MG), liberal, secretário-geral do partido; senador Nelson Carneiro (RJ), entre seus projetos está a aprovação do divórcio, de centro-esquerda; deputado Nelson Jobim (RS), xita, relator-auxiliar de

legislativo; deputado José Lins (CE), ex-senador, ex-superintendente da Sudene, foi responsável pela virada de mesa na Comissão de Ordem Econômica, que presidiu; deputado José Santana (MG), ex-presidente da Assembleia Legislativa de Minas Gerais, combate a privatização do ensino; deputado José Thomaz Nonó (AL), xita do PFL e opositor do líder José Lourenço; deputado Luiz Eduardo (BA), filho do ministro das Comunicações, Antônio Carlos Magalhães; senador Marcondes Gadelha (PB), ex-autêntico do MDB, ex-PDS, candidato derrotado ao governo da Paraíba, presidiu a Comissão de Família, da Educação, Cultura e Esporte, Ciência e Tecnologia e de Comunicação; deputado Mário Assad (MG), ex-secretário de Trabalho do governo Francolino Pereira, vice-líder, muito ligado a Aureliano Chaves; deputado Oscar Correa Filho (MG), filho do ministro do Supremo Tribunal Federal e presidente do TSE, Oscar Correa; deputado Oswaldo Coelho (PE), irmão do falecido senador Nilo Coelho, Herdeiro do poder político de Petrolina; deputado Paulo Pimentel (PR), ex-Arena e ex-PTB, ex-governador do Paraná, proprietário de jornais e emissoras de TV; deputado Ricardo Fiúza (PE), ex-vice-líder da Arena, fez um parecer na Subcomissão da Garantia das Instituições com assessoria de militares, mantendo o papel atual das Forças Armadas; deputada Sandra Cavalcanti (RJ), criadora do BNH, atuante na área educacional, defende posição de independência do PFL com relação ao governo, uma das relatoras-auxiliares de Bernardo Cabral.



Afonso Arinos

presidente Sarney; deputado Rodrigues Palma (MT), primeira legislatura, advogado e professor; deputado Sigmaringa Selxas (DF), advogado, conseguiu como relator da Subcomissão do Distrito Federal, aprovar eleições de governador para Brasília, de esquerda, ligado a Fernando Lyra; senador Severo Gomes (SP), duas vezes ministro em governos militares, foi relator da Ordem Econômica e teve seu parecer derrotado em manobra regimental dos liberais; deputado Theodoro Mendes (SP), liberal, ex-prefeito de Sorocaba, responsável por uma segunda emenda para eleições diretas para presidente da República, após a derrota da emenda Dante de Oliveira; deputado Virgílio de Senna (BA), de esquerda, um dos relatores derrotados, teve seu parecer posto de lado na Subcomissão da Ordem Econômica; e senador Wilson Martins (MS), ex-governador, de centro-esquerda, de atuação discreta na Constituinte.

Pelo PFL, 24 constituintes: Afonso Arinos; deputado Aleni Guerra (PR), seu parecer sobre a família, na Subcomissão, foi considerado avançado; deputado Aloysio Chaves (PA),



Aleni Guerra

ex-líder do PDS, de posições liberais e de experiência parlamentar; deputado Mendes Thame (SP), deputado de primeira legislatura; deputado Arnaldo Prieto (RS), ex-ministro do Trabalho, centro-direita; senador Carlos Chiarelli (RS), especialista em legislação trabalhista; líder do PFL no Senado, um dos articuladores do grupo liberal dentro da Constituinte; deputado Cristovam Chiaradia (MG), centro-direita, longa experiência parlamentar; Edme Tavares (PB), ex-secretário de Estado, atualmente em oposição ao governo Tarcísio Burity, foi presidente da Comissão de Ordem Social, centrista; deputado Eraldo Tinoco (BA), ligado ao ministro Antônio Carlos Magalhães; deputado Francisco Dornelles (RJ), ex-secretário da Receita Federal do governo Figueiredo e primeiro-ministro da Fazenda da Nova República, sobrinho de Tancredo Neves; deputado Francisco Benjamin (BA), centrista dos mais ligados ao ministro Aureliano Chaves; deputado Inocêncio de Oliveira (PE), seguidor do ex-ministro Marco Maciel; deputado José Jorge (PE), também ligado ao presidente do PFL Marco Maciel, foi relator da Subcomissão do Poder Le-

O PDS terá seis lugares na Sistematização: deputado Konder Reis (SC), foi relator-geral da Constituição de 1967, ex-senador e ex-governador bionico de Santa Catarina; deputado Darcy Pozza (RS), ex-vereador e ex-prefeito de Bento Gonçalves; deputado Gerson Peres (BA), ex-vice-governador, ex-malufista; senador Jarbas Passarinho (PA), presidente do PDS, ex-ministro do Trabalho, da Educação e da Previdência Social e ex-governador do Pará nos governos militares, considera-se liberal; deputado José Luís Maia (PI), candidato a candidato a governador do Estado, ex-malufista; e senador Virgílio Távola (CE), secretário-geral do PDS, duas vezes governador do Ceará (direto e indireto), e ex-ministro da Viação do governo parlamentarista de Tancredo Neves.

Os três representantes do PDT na Sistematização são Brandão Monteiro (RJ), líder da bancada; deputado José Maurício (RJ), ex-secretário de Minas e Energia de Brizola; e Lyssane Maciel (RJ), evangélico, cassado por Geisel, ex-grupo autêntico do PMDB, ex-PT, e que não tem ambiente no seu atual partido.

O PTB também tem três representantes, todos deputados, todos de São Paulo e todos também liberais: Gastone Righi, líder; Francisco Rossi, ex-secretário de Educação e Turismo do governo Maluf e ex-prefeito de Osasco; e Joaquim Bevilacqua, ex-MDB, ex-PDS, teve apoio de Maluf na Prefeitura de São José dos Campos, um dos relatores-auxiliares de Bernardo Cabral.

O Partido dos Trabalhadores tem dois representantes: o seu presidente nacional e líder na Câmara, o deputado Luís Inácio Lula da Silva, ex-presidente do Sindicato dos Metalúrgicos; e Plínio de Arruda Sampaio, ex-PDC, considerado provável candidato do partido à Prefeitura de São Paulo, foi relator da Subcomissão do Poder Judiciário.

PL: deputado Adolfo de Oliveira (RJ), último líder da extinta UDN na Câmara, ex-secretário-geral do extinto MDB, é o líder do PL na Câmara e na Constituinte.

PDC: deputado Siqueira Campos (GO), ex-malufista, sua bandeira é a criação do Estado de Tocantins; como relator da Subcomissão dos Estados, propôs a criação desse e mais quatro Estados, ex-Arena e ex-PDS.

PC do B: Haroldo Lima (BA), líder da bancada de seis deputados, radical, participou de vários incidentes, o último dos quais sexta-feira na Comissão da Ordem Econômica.

PCB: deputado Roberto Freire (PE), líder da bancada de três deputados, ex-MDB e ex-PMDB, considerado um dos melhores articuladores da Constituinte, tem diálogo fácil em todos os setores.

PSB: senador Jamil Haddad (RJ), ex-PDT, rompido com Brizola, está no Senado na vaga do prefeito Roberto Saturnino, um dos articuladores do movimento pelas eleições diretas em 88.

PMB: senador Antônio Faria (PE), único representante do partido, ex-presidente do PDS após as renúncias sucessivas de José Sarney e Jorge Bornhausen em 1984, é usineiro e malufista, mas foi eleito em coligação com a chapa de Miguel Arraes.

A reforma agrária pode mudar

O relator da Comissão de Sistematização, deputado Bernardo Cabral (PMDB-AM), previu ontem que a reforma agrária deverá ter um tratamento um pouco mais progressista do que o alcançado na Subcomissão e Comissão, porque, segundo ele, "a questão da propriedade rural não pode ficar, como está, aquém do Estatuto da Terra, um documento com mais de 20 anos de existência.

Bernardo Cabral disse que as possíveis alterações no capítulo da reforma agrária não poderão ser feitas por ele, que tem nessa primeira fase apenas a missão de "compatibilizar os sete relatórios" das comissões constitucionais temáticas. Nessa compatibilização, que entregará

dentro de dez dias, Cabral vai apresentar também o parecer da Comissão da Família, da Educação, Cultura e Esportes, da Ciência e Tecnologia e da Comunicação, que não conseguiu aprovar nenhum dos dois pareceres do relator, deputado Artur da Távola (PMDB-RJ).

Mas nem tudo foi retrocesso, segundo Bernardo Cabral: ele identificou nos sete pareceres aprovados até o domingo, e que ele recebeu até a meia-noite de ontem, posições avançadas como a fixação de 40 horas na jornada de trabalho, estabilidade no emprego e garantia de segurança social. Considerou que a questão econômica está "em compasso de espe-

ra", diante das decisões na área por parte do governo.

Para Bernardo Cabral, assunto polêmico mesmo, além da reforma agrária, é a questão do mandato do presidente José Sarney, apesar da decisão idêntica das duas comissões temáticas encarregadas do tema em torno dos cinco anos para Sarney e seus sucessores. É também polêmico para ele o sistema de governo, aprovado "na virada da madrugada": um parlamentarismo quase puro, em que se garantiu apenas a eleição direta para presidente da República. Segundo Cabral, fazer a eleição indireta do presidente pelo Congresso — como prevê o parlamentarismo ortodoxo — "seria frustrar mais uma vez o povo brasileiro".

Covas culpa Ulysses por agressões na Comissão

BRASÍLIA
AGÊNCIA ESTADO

O senador Mário Covas responsabilizou ontem o deputado Ulysses Guimarães pelo conflito na votação na Comissão da Ordem Econômica, que derrubou o relatório do senador Severo Gomes. Segundo ele, como presidente da Constituinte, Ulysses tomou decisões que alteraram o sistema de funcionamento das comissões, provocando a confusão na madrugada de sexta-feira, quando os membros da Comissão de Ordem Econômica chegaram a se agredir fisicamente.

Covas lembrou que, no dia 9, mandou o Ulysses solicitando definições claras e objetivas sobre a forma de substituição de membros titulares das comissões pelos suplentes e sobre o encaminhamento de emendas substitutivas. No dia 11, novo ofício. Desta vez, citando dispositivo do regimento interno da Consti-

tuínte que veda expressamente a apresentação de emenda que substitua de forma integral o projeto ou se refira a mais de um dispositivo, a não ser que se trate de modificações correlatas.

Na resposta aos dois ofícios, Ulysses atribuiu poderes aos presidentes das comissões, ou a elas próprias, para examinarem se as emendas preenchiam o requisito de correlação. Foi o que bastou, entende Covas, para que o deputado José Lins, presidente da Comissão de Ordem Econômica, considerasse correlatas matérias tão diferentes quanto exploração mineral, propriedade de empresas jornalísticas, aproveitamento de terras indígenas e monopólio estatal de petróleo. A Comissão acabou aprovando três emendas substitutivas ao parecer de Severo Gomes.

Covas acredita que Ulysses poderia ter sido mais claro em suas decisões sobre correlação de matérias, evitando os conflitos de sexta-feira.

Se fosse radical, disse o senador, poderia ter conseguido a vitória na Ordem Econômica substituindo todos os membros da Comissão, o que é permitido pelo regimento interno. "Não vão me jogar onde não quero ir, que é para a radicalização", explica.

O senador garante que a sua disposição é de negociar para conseguir avanços na nova Constituição, mas o mesmo não tem acontecido com a facção liderada pelo deputado Carlos Sant'Anna e aliada ao PFL, PDS, PTB e PDC. Covas já havia previsto problemas em algumas comissões devido à inflexibilidade do grupo moderado de Sant'Anna, mas não pretende desistir das negociações. Ele espera agora que o PMDB apresente claramente suas posições, de acordo com o programa partidário, que defenderá em plenário. "Nesse instante, acredita, ficará claro quem é peemedebista autêntico e quem só está no partido em função de outros interesses ou pelo fato de o partido ter chegado ao poder."

"Assim, Constituição é inviável"

"Com os relatórios apresentados pelas comissões, a Constituição é inviável", diz o professor David Fleischer, diretor do Departamento de Ciência Política da Universidade de Brasília (UnB). "Virou tudo uma sala de confusão que não pode gerar uma Constituição estável. Acho que nem a Comissão de Sistematização pode ordenar o caos dos relatórios", opina o professor Alexandre Barros, cientista político e analista de risco político, que acompanha e estuda a Constituinte.

Se dependesse dos relatórios apresentados a nova Constituição seria um pouco mais avançada que a anterior de um modo geral, na opinião de David Fleischer. Ele acha, porém que a Comissão de Sistematização terá muito trabalho para colocar tudo em ordem. "Não queria estar na pele do relator, deputado Bernardo Cabral."

Fleischer destaca como medidas "progressistas" a estabilidade no emprego e a jornada de trabalho de 40 horas, mas as classifica como temas de legislação ordinária e não constitucionais. O professor percebeu avanços no setor de garantias individuais com diminuição dos abusos do poder econômico, mas, como já previa, o papel das Forças Armadas a ordem econômica em geral e a reforma agrária ficaram como estavam antes.

O cientista político Alexandre Barros é mais cético e considera uma "bobagem" colocar estabilidade e jornada de trabalho de 40 horas na Constituição. "As coisas mudam, e se no futuro quiserem mexer nisso não será possível, até mesmo diminuir ainda mais a jornada, porque farão parte da nova Constituição, que se continuar assim, depois de aprovada dura no máximo até 93", comenta ele.

Para Alexandre Barros, os relatórios mostram que a futura Carta "funcionará como uma camisa-de-força em uma sociedade que é dinâ-

mica e apresenta taxa de mudança muito grande". O analista diz que será uma Constituição de lobistas que se precipitaram e batalharam por coisas antes da hora certa. Estranha também o pouco interesse demonstrado por todos pela Comissão Fiscal, dizendo que, como os parlamentares não pagam imposto de renda, é difícil para eles analisá-lo.

Barros também não vê sentido em se falar em divórcio na Constituição que em outros países se insere na legislação ordinária.

"Os relatórios mostram uma futura Carta com costelas de todo o tipo e sem espinha dorsal, tudo dispartado e contraditório", comenta ele, dizendo não acreditar que a Sistematização melhore o projeto.

O que muda

O professor Leitão de Abreu, ex-ministro da Casa Civil e do STF, ainda acha cedo para analisar os trabalhos da Constituinte, porque acredita que possa mudar tudo na Comissão de Sistematização. "Nenhum grupo pode contar com vitória, ainda."

Entre as principais modificações são apontadas a criação de cinco novos estados e a transformação dos territórios de Roraima e do Amapá também em estados, o que pelo artigo 3º da atual Constituição deveria ser objeto de lei complementar. O atual artigo 17 também cairá, pois o presidente da República não mais nomeará o governador do Distrito Federal, que será eleito pelo povo, junto com autonomia legislativa, administrativa e financeira. Tudo isso vai gerar grandes despesas para a União, além de centenas de novos cargos públicos.

Os lobbies da descentralização de tributos tivera vitória quanto ao IPT e ao imposto de renda, que terão uma redistribuição agora de 46% (pela Constituição um vigor o total é de 32%).

O parágrafo 2º do artigo 147 da atual Constituição diz que "os militares serão alistáveis, desde que oficiais, aspirantes a oficiais, guardas-marinhas, subtenentes ou suboficiais, sargentos ou alunos das escolas militares de ensino superior para formação de oficiais". No relatório da Comissão de Organização Eleitoral, o direito de voto é estendido aos cabos e aos soldados engajados, e o voto será distrital misto.

A questão do aborto, pena de morte e prisão perpétua não muda, enquanto o divórcio agora é ilimitado. No artigo 153 da Carta em vigor o parágrafo 6º diz que ninguém será discriminado ou privado de seus direitos "por motivo de crença religiosa ou de convicção filosófica ou política". Agora será acrescentado também "por comportamento sexual", reivindicando dos grupos homossexuais.

Vitória Liberal

Na ordem econômica, o domínio dos liberais foi total. As teses liberalizantes venceram os que queriam reforçar o estatismo. Foi aprovada a abertura da pesquisa e lavra de minerais à iniciativa privada e ao capital estrangeiro, mas será mantido o monopólio estatal do petróleo. Pela Constituição atual, os títulos da dívida agrária pagos pelo governo em desapropriações de terra só podem ser usados para pagar até 50% do imposto territorial rural ou o prego de terras públicas; agora poderão pagar qualquer tributo federal em qualquer tempo.

Os ecologistas foram outros que saíram vitoriosos das comissões, conseguindo aprovar uma série de novidades. Assim, pode haver a proibição de usinas e outras instalações nucleares, defendendo todo o setor de prévia aprovação do Congresso Nacional. O presidente da República é o responsável por qualquer acidente. O crime por poluir o ambiente também deve ser inserido na Constituição.